



LINGUAGEM E DIREITO: A ELITIZAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA E A NECESSIDADE DE SUA SIMPLIFICAÇÃO NO PONTO DE VISTA DA COMUNIDADE CRUZ-ALTENSE

SOUZA, Antonio Escandiel de¹; ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares²; ARANHA, Vivian
Alves³.

Palavras-chave: Juridiquês. Linguagem. Acessibilidade.

O presente resumo tem por escopo evidenciar a necessidade da simplificação da linguagem jurídica a partir da perspectiva dos moradores da cidade de Cruz Alta (RS). É fato que a linguagem rebuscada na área jurídica acarreta muitas dificuldades na interpretação de normas e/ou quaisquer documentos provindos desta área. Muitos leigos e até jurídicos com pouca experiência correm o risco de se deparar com uma visão errônea devido ao alto nível de dificuldade no entendimento do "juridiquês" (uso exacerbado da linguagem puramente jurídica, contendo expressões de difícil compreensão, como em latim, por exemplo). Devido a isso, o projeto intitulado "Linguagem e Direito: A elitização da linguagem jurídica e a necessidade de sua simplificação no ponto de vista da comunidade cruz-altense", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), busca refletir sobre a simplificação da linguagem jurídica como forma de democratizar/pluralizar o acesso à Justiça e o ponto de vista da comunidade cruz-altense, evidenciando a necessidade de uma ruptura com essa linguagem rebuscada a fim de facilitar a comunicação entre o judiciário e a comunidade em geral. Convém ressaltar que a cultura jurídica possui um aspecto autoritário (seja pelo uso frequente do latim ou pela linguagem puramente jurista), o que acaba afastando a sociedade da justiça, justamente por demonstrar exclusão quanto aos indivíduos leigos no assunto. A linguagem culta, difícil e incompreensível demonstra o propósito de elevar o jurista, rebaixando os demais, para impor certo respeito ou até dificultar na compreensão dos réus. Tal comportamento autoritário acaba infringindo princípios, já que o acesso à justiça é um direito que deveria ser palpável no cotidiano de todos (conforme a Constituição Federal), por isso é de extrema importância que a mensagem transmitida consiga ser recebida corretamente, sem qualquer falha na comunicação. Deve se sobressair a linguagem clara, visto que as petições e mandatos não devem possuir o objetivo de atestar conhecimento ou cultura e sim o objetivo de fácil entendimento e acesso, salvo em teor não traduzível. O correto seria uma linguagem harmônica, decifrável tanto na área jurídica quanto na língua portuguesa, em qualquer área do Direito e em suas localidades. O propósito do projeto em questão é melhorar o acesso da linguagem jurídica do município de Cruz Alta (RS), de acordo com as opiniões de seus habitantes e o nível de dificuldade encontrado no dialeto presente na área jurídica. Trata-se de um estudo de caso que busca, por meio de

¹ Doutor em Estudos da Linguagem – Linguística Aplicada pela UFRGS. Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Práticas socioculturais e Desenvolvimento Social – Mestrado. Líder do Grupo de Estudos Linguísticos – GEL/UNICRUZ. E-mail: asouza@unicruz.edu.br.

² Doutora em Letras – UFRGS, docente coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Mestrado da UNICRUZ, pesquisadora líder do GEPELC-Grupo de pesquisas e estudos em linguagens e comunicação. E-mail: ctavares@unicruz.edu.br.

³ Bolsista FAPERGS; Acadêmica do curso de Direito na Universidade de Cruz Alta. E-mail: vivian5239@outlook.com.



entrevistas semiestruturadas, ouvir a comunidade cruz-altense para compreender a posição desses sujeitos da pesquisa a respeito da (in)compreensão do "juridiquês" utilizado pelo judiciário. Por se tratar de um projeto em fase inicial, ainda não dispomos de resultados, tendo em vista estarmos iniciando a coleta de dados.